



## **PROGRAMA EMERGENCIAL PARA A CLASSE TRABALHADORA E POVO POBRE DE AMAPÁ!**

### **Conjuntura Política Mundial**

A submissão do país ao imperialismo -aos países ricos que dominam o sistema capitalista mundial- está impondo uma decadência cada vez maior, uma recolonização do país.

Por determinação dos interesses econômicos imperialistas, o país foi rebaixado um degrau na divisão mundial de trabalho. O Brasil está perdendo peso industrial, com uma desindustrialização relativa cada vez mais intensa.

A produção industrial no país caiu 43,8% em 40 anos, enquanto crescia 6,6% no mundo. Cada vez mais o país perde setores industriais e desloca a produção para alimentos e minerais para o mercado mundial.

Algumas pessoas entendem o imperialismo como algo fora do país. Mas não é assim. O imperialismo é o capitalismo mundial na época atual. A dominação imperialista vem dos países dominantes do sistema (donos dos maiores bancos, fundos de investimentos, bancos), mas está presente hoje, aqui no Brasil, em todos os momentos, determinando a miséria dos trabalhadores, a decadência do país.

A burguesia brasileira é completamente associada e submissa as grandes multinacionais. Os grandes fundos financeiros estrangeiros têm um patrimônio no Brasil de 6 trilhões de reais, 80% do PIB do país. Controlam grande parte das grandes industriais, bancos, agronegócio e comércio. Isso inclui empresas como a Petrobras que, apesar de estatal, é dirigida pelos interesses desses grupos, que controlam partes importantes de suas ações. As multinacionais vendem mercadorias no valor de 58% do PIB brasileiro. Só nos últimos 8 anos enviaram U\$ 370 bilhões de dólares para fora, entre lucros e dividendos. Esse dinheiro poderia ter sido reinvestido no país revertendo a decadência atual. Isso sem falar nos recursos que são canalizados para fora do país através do “pagamento” da Dívida Pública (interna e externa).

A realidade da luta de classes no mundo e no Amapá mostra desafios gigantes para a classe trabalhadora e o povo pobre.

Diante da pandemia que já ceifou mais de 2151 vidas somente no Amapá e mais de 679 mil brasileiros e brasileiras, o capitalismo mostra sua face cruel e desumana e toda sua irracionalidade e insuficiência para enfrentar essa guerra. Esse sistema não serve para a humanidade, nem para a manutenção da Natureza nem para a garantia de uma vida digna.

O que vemos é a combinação entre pandemia e crise econômica, social e política. O responsável por isso é o governo genocida, ultraliberal e autoritário de Bolsonaro e Mourão, aliado às suas reformas (da previdência e trabalhista) que retiram direitos de milhões de trabalhadoras(es) e política imperialista de dos EUA, Europa, China e demais potências.

Entre o socialismo a barbárie, defendemos o socialismo. Levantamos essa bandeira com orgulho. Ainda somos uma minoria. Mas queremos levar essas bandeiras e essas reflexões para o conjunto dos trabalhadores e jovens desse país.



Queremos um governo dos trabalhadores, construído nas ruas, nas lutas e nas mobilizações, e para isso apresentamos nossas propostas.

No Amapá graças a incompetência dos governos Capiberibes (PSB), Waldez (PDT) e Clécio Luís vivemos momentos em que a ausência de infraestrutura hospitalar, saneamento básico mostraram os efeitos de anos de atraso e políticas públicas ineficientes.

O PSTU defende como primeira tarefa da classe trabalhadora e da juventude lutar pela revolução socialista aliada à defesa da vida, do emprego, salário, renda; lutar contra a política dos grandes empresários, banqueiros e bilionários de “passar a boiada” nos direitos sociais, na Amazônia e povos indígenas e quilombolas e jogar a conta da crise econômica nas nossas costas; na costa da classe trabalhadora brasileira e amapaense. Essa luta para ser vitoriosa exige organização para combater e, principalmente, colocar para Fora Bolsonaro e Mourão e todo seu governo genocida. Não depositar mais confiança nos grupos políticos e famílias locais burguesas que se revezam no poder para atrasar o desenvolvimento humano, social e econômico amapaense.

É preciso lutar pela consciência de que as eleições burguesas não são o único e último meio de se alcançar essa tarefa imediata. Em nossa opinião, é necessária a unidade para lutar contra os ataques à nossa existência. A luta antirracista, a luta das mulheres, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ribeirinhos e da classe trabalhadora como um todo podem barrar o projeto de Bolsonaro, os ataques de partidos burgueses e futuros representantes da burguesia na Assembleia Legislativa.

Nas eleições vamos apresentar um programa que não seja administrar os interesses do capital, como fizeram e estão fazendo PDT, PSB, PT, PCdoB e DEM, Cidadania, Pros, PL e outros partidos que enganam a classe trabalhadora.

O governo de Clécio Luís (ex-PSOL, ex- REDE e agora Solidariedade) foi um governo a serviço dos interesses de grupos empresariais e da velha política aliada a grupos econômicos.

A sua eleição desde 2012 ocorreu através da formação de alianças de partidos da direita (DEM, PSDB, PSD). Já em 2015 saiu do PSOL porque pretendia manter alianças com grupos políticos que há décadas sucateiam a educação, saúde, saneamento básico, transporte público e infraestrutura urbana. Junto com o senador Randolfe foi para a Rede.

Em 2016 na eleição para seu segundo mandato o PSOL apoiou de forma “informal” a chapa Clécio (Rede) e Telma Nery (DEM). Mesmo desde 2012 houve ataques por parte da sua gestão sobre direitos de profissionais da educação básica municipal. Ataques que continuam no presente, como comprova a luta da executiva municipal do sindicato e a base da educação pública.

Nessas eleições 2022, os partidos da direita ligados a grupos políticos que há décadas dominam o poder no estado e capital se articulam na candidatura de dois representantes da burguesia: Jaime Nunes e Clécio Luís. O atual governador Waldez apoia o pré-candidato Clécio, que é ligado ao grupo político Davi Alcolumbre e costura alianças com setores econômicos interessados nas riquezas do estado.



Clécio(Solidariedade) tem apoio dos grupos de Capibiribes, Góes, Davi Alcolumbre. Possui apoio de partidos que apoiam Lula (PT), Bolsonaro (PL) e Ciro Gomes (PDT). Isso prova que o vale tudo para se eleger.

Não é novidade que famílias como Gurgel, Góes, Favacho, Alcolumbre, Capibiribes e outras possuem mandatos e poder econômico. No entanto, os inúmeros casos de corrupção e o atraso em geral quanto à infraestrutura urbana, desemprego, violência, conflitos de terra nos interiores, a triste realidade da vida de moradores e moradoras de bairros periféricos (onde falta quase tudo) mostram os efeitos das políticas públicas promovidas por esses grupos burgueses. São sempre as mesmas alianças. É o velho normal. O arco de alianças baseadas em interesses ocultos para administrar o dinheiro público e servir ao capital, seja através da concessão de licenças para ocupar as terras com grandes monoculturas como a soja, seja para destruir o solo e a vida das pessoas como a exploração mineral.

Segundo a consultoria Macroplan (2019), levando em conta os últimos 10 anos Macapá está na posição 99º (penúltima posição) no ranking das 100 maiores cidades quando se trata da oferta de serviços públicos como saúde, educação e segurança. Isso prova a gestão incompetente de todas essas alianças burguesas.

Lembramos que antes de Clécio a cidade era governada pelo PDT, partido do atual governador Waldez. Na época o grupo político ligado ao prefeito Roberto Góes e Waldez foram presos pela Operação Mãos Limpas, que investigava corrupção na administração pública.

Clécio e Waldez expressam o histórico das políticas capitalistas das gestões burguesas incompetentes que se revezam na administração tanto do estado como da capital. A realidade das dificuldades na saúde pública atual diante da pandemia (e antes dela) revelam a ineficiência das medidas irracionais e bárbaras das políticas públicas voltadas para o capitalismo. São anos de atraso. Obras paradas como o hospital metropolitano e o shopping popular no centro. Além do domínio de empresas sobre o transporte público coletivo. Resultado de governos burgueses, seja do PDT ou PSB e mesmo o coronelismo iniciado pelo PMDB, com Sarney e figuras como Gilvam Borges.

A prova de que o governo Rede priorizou interesses de empresários é a questão do transporte público coletivo. Clécio não se pronuncia nem mesmo durante a pandemia sobre as centenas de demissões de cobradores e cobradoras e motoristas. Em 2019, anunciou a licitação, que não saiu do papel. Hoje o serviço não é legalizado e causa transtornos enormes para a população. A precariedade do transporte coletivo em Macapá se reflete nas lutas dos e das estudantes, ao longo dos anos quando ocorrem aumentos de passagem.

Não podemos esquecer do perdão de R\$ 67 milhões em dívidas das empresas de transporte público dado pelo ex-prefeito Clécio e sob a conivência dos vereadores. Todo esse montante seria necessário para combater a pandemia. Trocou-se a dívida de multas de acordos anteriores não cumpridos e imposto ISSQN por um valor parcelado de R\$ 2,2 milhões. A Defensoria Pública do Estado do Amapá pede a anulação do acordo.

Outro fato grave é o não cumprimento da Lei nº 2398/2020 aprovada na Câmara de Vereadores. A lei proíbe a dupla função de cobrar e dirigir e seria uma forma de garantir a



função social do transporte público, ao assegurar empregos de cobradores, segurança e conforto de passageiros. Mas o ex-prefeito Clécio não exige o cumprimento dela pelos empresários. A lei foi conquistada pela pressão do sindicato da categoria e movimentos sociais. Apesar da manobra de esvaziamento de quórum por parte do vereador Rinaldo do PSOL e a base de vereadores aliada ao ex-prefeito.

Somente a organização de trabalhadoras e trabalhadores, jovens, negros e negras, LGBTs indígenas pode deter a manutenção e avanço de projetos reacionários e ultraliberais em Macapá e no estado. Para isso, propomos o Programa Emergencial Socialista!

## **PROGRAMA EMERGENCIAL SOCIALISTA PARA O AMAPÁ**

Vamos participar das eleições para dizer que as mudanças necessárias no Amapá e no país só vão acontecer com o povo na rua, mobilizado e organizado. Infelizmente os ataques dos governos obrigam a classe trabalhadora a lutar pela vida na pandemia. Para nós, as eleições servem para fortalecer a luta dos trabalhadores e divulgar o programa socialista.

Em todo Brasil, as candidaturas socialistas do PSTU chamarão os trabalhadores a inaugurar uma democracia de verdade para que sejam os de baixo a terem o poder e definirem todos os dias os destinos do país. Precisamos de um governo socialista, operário e popular, que implante essa verdadeira democracia, na qual os trabalhadores governem em conselhos populares nos bairros, nas empresas, nas escolas.

Para garantir educação e saúde públicas de qualidade e defender o fim das isenções fiscais para os grandes empresários é preciso um programa emergencial, revolucionário, antirracista, anticapitalista e socialista e de independência de classe.

Defendemos a construção de uma Alternativa Socialista e, por isso, vamos lutar para enfrentar acabar o poder dos grandes empresários e seus políticos no executivo e legislativo. Lutar por um governo para os de baixo e que tome medidas drásticas para deter o desemprego, a fome e a violência nos municípios, em especial nos com maior população.

### **1) Democracia Direta Operária**

Uma Alternativa Socialista tem compromisso somente com a população trabalhadora organizada. A esta organização chamamos de Conselhos Populares, os quais devem decidir como atender as necessidades básicas da maioria da população pobre e desempregada. Isso significa colocar o poder de decisão e a própria condução do governo nas mãos da classe trabalhadora pobre e periférica. Trata-se de uma democracia direta operária.

Um governo socialista para a classe trabalhadora, juventude e povo pobre! Através dos Conselhos Populares, será feita a construção do planejamento social, econômico, cultural, o Plano Prurianual, com forte participação popular através de representação de entidades da representativas da classe trabalhadora e movimentos sociais. Os interesses da classe trabalhadora serão prioridade.



Além disso, todo político deve ter mandato revogável e nenhum deles deve ganhar mais do que um operário ou uma professora. No governo vamos defender politicamente essa pauta. Isso não significa desvalorização da carreira de professor ou professora. Ao contrário, significa que o vereador, prefeito, deputados, senadores, governadora, presidente não podem ganhar mais do que quem trabalha para educar. O PSTU defende o salário mínimo estimado pelo Dieese. Tais trabalhadores da educação merecem valorização salarial e profissional!

- Pela construção e apoio de conselhos populares nos municípios, em bairros, locais de trabalho e universidades que possam eleger representantes/delegados próprios e decidir sobre condução política de sua comunidade, pequena empresa, etc. Poder na mão da classe trabalhadora!
- Mandatos Coletivos revogáveis a qualquer momento.
- Representantes políticos devem ter o mesmo teto salarial de um(a) operário. Chega de privilégios!

Um verdadeiro governo socialista dos trabalhadores não poderá existir no mesmo estado burguês existente hoje. Por isso, defendemos uma revolução que leve a construção de um novo estado.

Nesse novo estado, o poder deve ser exercido pelos próprios trabalhadores, com democracia operária através dos conselhos populares.

Isso vai significar uma democracia da maioria, muito superior a ditadura do estado capitalista em que vivemos, mesmo em regimes democráticos burgueses. Na democracia burguesa votamos a cada dois anos, mas a vida não muda. Quem controla o país são as grandes empresas, seja qual for o governo. Não queremos o mesmo estado burguês com outra cara, não queremos essa democracia dos ricos. Queremos mudar esse estado, mudar a forma como a sociedade se organiza, queremos uma democracia dos trabalhadores.

Os trabalhadores somos os que constroem esse país, os que produzimos toda a riqueza e fazemos o país funcionar com o nosso trabalho. Ninguém melhor que nós mesmos para governá-lo.

### **Orçamento Participativo Transparente sob Controle das Trabalhadoras e dos Trabalhadores**

O PSTU defende a transparência total na discussão do orçamento público, com a participação social das entidades sindicais e representantes das organizações sociais, como movimentos sociais que lutam por direitos humanos, através de audiências públicas. Na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, a prioridade será atender às necessidades dos bairros periféricos esquecidos, quanto à Seguridade Social das pessoas em situação de vulnerabilidade social. A prioridade será saúde, educação, saneamento básico, assistência social, infraestrutura, moradia e combate as opressões.

Os recursos serão aplicados com acompanhamento das decisões. Exigimos que demais parlamentares e governos garantam aplicação dos recursos constitucionais impositivos



em saúde, educação e infraestrutura. As verbas parlamentares devem ser destinadas para o programa emergencial e serem usadas conforme a necessidade imediata da classe trabalhadora e não serem usadas como moeda de troca ou autopromoção de parlamentares.

### **Princípios:**

- Gestão democrática do orçamento público! Audiências públicas para discutir e decidir sobre a aplicação do Plano Plurianual, LDO e LOA;
- Prioridade para investimento em políticas públicas para a seguridade social, saúde, educação, habitação, saneamento básico, combate as opressões.
- Defendemos a redução de salários de governador, deputados e secretários.

A prioridade do orçamento público serão políticas públicas para resolução das demandas sociais da classe trabalhadora. Portanto, é necessário a redução de gastos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso acontecer, nosso governo socialista implantará uma política de cortes em cargos comissionados das secretarias.

No governo socialista não haverá altos salários e despesas superficiais com áreas não essenciais como propaganda, cargos comissionados usados como moeda de troca. Os gastos públicos serão enxugados. A valorização será para servidores públicos. No governo socialista não haverá cabide de emprego.

- Fim das despesas desnecessárias com propaganda institucional.
- Valorização das servidoras e servidores e dos serviços públicos. Não ao jogo de cargos e contratos inúteis para a sociedade. Não ao cabide de emprego e nepotismo cruzado.
- Auditoria da Dívida Pública do estado e responsabilização e punição de todos os administradores públicos e empresas envolvidas em atos de improbidade com o dinheiro público.

## **2) Revogação da Emenda Constitucional nº 95**

Compreendemos que a melhora das condições de vida da classe trabalhadora depende do fim dos diversos entraves colocados pelos governos federais ao investimento em programas sociais e direitos básicos da população. Por isso, o PSTU defende a luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional nº 95, a emenda do Teto dos Gastos Públicos.

Aprovada pelo governo Temer e Congresso Nacional para atender os interesses de grandes banqueiros e empresários, essa emenda limita em 20 anos os investimentos em saúde, educação pública e áreas sociais.

Não há como investir em direitos sociais com a política neoliberal burguesa. Por isso defendemos a luta pela revogação da emenda e o não pagamento da dívida pública externa que retira recursos da riqueza produzida por nós trabalhadores.

A política neoliberal do governo federal tem implicações nos investimentos em políticas públicas regionais, como educação, saúde, saneamento básico, emprego, infraestrutura.





Ao não se garantir recursos para as áreas sociais, a população fica sem acesso de qualidade aos serviços públicos, o que leva ao agravamento da condição de miséria social, violência urbana no estado. Mantendo-se a lógica do sistema capitalista. Isso precisa ser mudado.

### **3) Saúde Pública, Saneamento Básico e Valorização profissional**

O PSTU defende a elaboração de um Plano Estadual de Saúde de duração de cinco anos com o objetivo de assegurar o direito à saúde à classe trabalhadora e ao povo pobre, priorizando a rede pública, ou seja, o Sistema Único de Saúde.

Fim da saúde privada: A defesa do SUS é prioridade. Nos limites legais do estado será promovido o necessário para o funcionamento de acordo com as normas e anseios do povo pobre. Para além disso, a estatização dos hospitais particulares e fortalecimento e ampliação dos hospitais públicos, assistência farmacêutica que vise a proteção da saúde do e da trabalhadora.

Assim como o SUS está sendo destruído pelo governo Bolsonaro, a saúde que é responsabilidade dos estados, municípios e União, não atende as necessidades da maioria do povo. Foram centenas de vidas perdidas nos corredores dos hospitais e das UBSs. Enquanto os que tinham dinheiro para pagar uma diária nas UTIs privadas podem ter mais chance de sobreviver. Proteção adequada das(os) trabalhadoras(es) da saúde. Assegurar EPI's e proteger a vida desses profissionais;

- Aumento salarial e valorização das(os) trabalhadoras(es) da saúde com abertura de concursos;
- Incorporação da rede privada ao SUS;

### **Saúde Mental**

O estado do Amapá apresenta grandes taxas de suicídios e conta apenas com 23 médicos psiquiátricos para uma população de 877 mil habitantes.

Para a saúde mental propomos:

- Ampliação e reforma dos CAPS;
- Atenção psicossocial aos servidores que encontram-se em sofrimento e adoecimento mental;
- Implantação da casa abrigo para a população em condições vulneráveis de rua, lugar para tomar banho, lavar roupas; dignidade para quem precisa;
- Criar uma política de acolhimento dos moradores de rua com tratamento mental;
- Comitê permanente sobre saúde mental, com profissionais, sociedade civil organizada;
- Parceria com o CVV;
- Parceria com o Movimento de Luta Antimanicomial, para fiscalização e efetividade da política pública para a saúde mental.

A gestão burguesa dos governos do PSB e PDT não priorizou a saúde, prova disso é o estado atual dos hospitais públicos, como o Hospital de Emergência, Hospital Geral e Maternidade e CAPs.



Não houve falta de recursos, mas sim falta de prioridade. Enquanto isso, o povo sofre pela precariedade na saúde, em todas as áreas.

Clécio (Solidariedade) será a continuação dessa política do PDT, uma vez que o vice dele é o ex-secretário Teles Júnior, do mesmo grupo político de Waldez. De outro lado, Jaime Nunes (PSD) esteve ao lado de Waldez durante 5 anos e se omitiu quanto à gestão pedista.

O PSTU defende a reestatização da Companhia de Água e Esgoto (Caesa). Junto com o Plano de Obras Públicas, que será fundamental para efetivar o direito ao saneamento básico, o estado promoverá a fiscalização para garantir o serviço de água e esgoto para a classe trabalhadora amapaense. Não à privatização!

#### **4) Educação**

Nós defendemos uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis do fundamental as universidades. Defendemos o aumento das verbas para a educação. Pela expropriação dos grupos privados da educação! Acesso livre as universidades! É preciso que haja uma expansão qualitativa do investimento para a produção de conhecimento no país, na produção científica e tecnológica nas universidades, mas também para além delas.

Defendemos a importância do debate da promoção da igualdade racial e da educação sexual como forma de combate as opressões como o racismo e o machismo. Como forma de proteção das crianças. Por isso, defendemos:

- implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas (Lei 11.645/08);
- Implementar o debate de educação sexual nas escolas com materiais educativos de acordo com a faixa etária e capacitar os profissionais da educação;
- Escola em tempo integral, com ensino de qualidade;
- Suprir completamente a demanda de vagas para todos os filhos da classe trabalhadora!
- Valorização de profissionais da educação; reposição das perdas salariais;
- Gestão Democrática das escolas! Fim da gestão militar nas escolas;
- Fim da terceirização das atividades como limpeza; valorização salarial da carreira de auxiliar de educação;
- Interiorização da Universidade do Estado do Amapá. Mais investimentos para a UEAP

#### **5) Emprego**

O Amapá aparece com a 2ª maior taxa de desemprego do país no 1º trimestre de 2022, de acordo com pesquisa atual. Infelizmente, a classe trabalhadora amapaense sofre há décadas com os piores índices de desemprego, sendo que atualmente a maioria das pessoas desempregadas vive na capital.





A contradição é que se olharmos para a cidade observamos que tudo precisa ser feito: asfaltamento de ruas, construção de creches, UBS's, saneamento básico, iluminação etc. TUDO!

O desemprego é um problema social que tem suas origens na lógica irracional da sociedade capitalista. A resolução vai além da competência do governo estadual. Mas defendemos como medida emergencial um Plano de Obras Públicas que supra as demandas do povo por dignidade de vida e que gere milhares de empregos.

- Amplo plano de obras públicas voltado para saneamento básico, saúde, educação e infraestrutura. Focado nos bairros periféricos dos principais municípios onde vive a maioria da classe trabalhadora;
- Criação de uma empresa pública de construção civil pra criar postos de trabalho para profissinais da área, bem como capacitação profissional em parceria com o Sistema S;
- Passe livre aos desempregados no transporte público.
- Garantir o fornecimento de luz, água e aluguel social para famílias desempregadas.
- Execução das dívidas de grandes proprietários para arrecadação para os cofres públicos.
- Abertura de novos postos de trabalho através de redução da jornada, sem redução de salários.
- Concursos públicos para áreas sociais, principalmente.

## **6) Comerciantes e Pequenos Negócios**

O PSTU prioriza as demandas que melhorem a vida dos e das trabalhadoras do comércio. Os pequenos negócios são fundamentais para a economia e geração de empregos, além do acesso a serviços e bens. Para isso acontecer manteremos diálogo com entidades sindicais dos trabalhadores. O governo, como poder público, deve promover a defesa das normas de segurança e saúde, através da fiscalização das atividades empresariais. Para isso exercerá os poderes administrativos legais. Propomos dar apoio financeiro para pequenos negócios através de linha de crédito.

## **7) Moradia**

O direito à moradia é atacado há anos pelos governos burgueses. A realidade de bairros onde moradores residem em ressaca é de descaso dos poderes públicos. Não existe água tratada, energia e ruas adequadas. Falta casa e terra para quem precisa. Atualmente o Amapá tem cerca de 160 mil pessoas que vivem em condições insalubre. O deficit habitacional é de 29 mil moradias. Sobram terrenos para alguns ricos fazerem especulação e grandes projetos imobiliários (condomínios de alto padrão e novos edifícios) e de latifúndio.

É preciso acabar com a especulação imobiliária e amortecer o impacto sobre quem vive afastado do centro e prejudicado pelo desemprego.



- Atender às demandas dos bairros periféricos, em especial aqueles em área de ressaca, onde existe problemas recorrentes como alagamentos;
- Defendemos IPTU fortemente progressivo! Imóveis comerciais devem pagar mais do que residencial. Residências com família que recebam até 1 salário mínimo devem ter isenção!
- Ampliação dos impostos aos terrenos voltados para especulação imobiliária; isenção total de impostos municipais aos pequenos negócios;
- Legalização das ocupações de terrenos e plano de infraestrutura.
- Aplicação da medida administrativa prevista na Lei 13.465/2017 para transformar terrenos abandonados como bens públicos para serem usados em serviços de assistência social como construção de casas abrigos, centros culturais para atender ao povo.
- Elaborar planos de habitação para comunidades quilombolas e indígenas.
- Construção de moradias populares, através de plano de obras públicas.

## **8) Mobilidade Urbana**

Nós do PSTU defendemos a construção de um plano de mobilidade urbana com a participação popular. A prioridade será o transporte limpo como bicicletas e o transporte público coletivo, para redução de impactos ambientais. Defendemos a estatização do sistema de transporte público coletivo interestadual.

Como parte do plano de obras públicas, serão construídas ciclovias e ciclofaixas nas rodovias estaduais. A política de mobilidade urbana deve atender aos bairros periféricos, em primeiro lugar. Através do plano de obras, executar obras de asfaltamento das rodovias, iluminação, recuperação de vias e demais reparos urgentes, em parceria com as prefeituras.

## **9) Terra**

A formação histórica do Amapá tem ligações com a tomada de terras antes ocupadas por negros e pessoas pobres. Isso é reflexo do racismo histórico. O PSTU defende a formação e fortalecimento de organizações de pequenas famílias agricultoras. Estaremos lado a lado na luta contra o avanço do agronegócio que ameaça a pequena propriedade produtiva que alimenta o povo.

Ao longo dos últimos anos, assistimos a aplicação e divulgação de inúmeras políticas voltadas a formação de um cinturão horticultor no estado. Falsas promessas. Sabemos que a política dos governos têm sido de apoio ao agronegócio e à exportação de soja, mineração e desmatamento da Amazônia!

A produção agropecuária deve servir para acabar com a fome do povo amapaense. Para isso, defendemos a expropriação e estatização das terras onde exista produção de monocultura, para destiná-las ao controle dos trabalhadores e do estado. A prioridade para a produção deve ser a alimentação do povo brasileiro, com a exportação dos excedentes. Priorizar a agricultura familiar.

Terra para quem precisa! Não ao latifúndio.

- Estimular uma rede de produção de alimentos baseada nas famílias de pequenos agricultores, através da distribuição de sementes e capacitação das(os)trabalhadoras(es) do campo e facilitando acesso a insumos e equipamentos;
- Apoiar a luta contra os latifundiários locais e grupos empresariais que possam atacar as comunidades;
- Lutar pela proteção e demarcação de terras quilombolas e apoio aos indígenas sob território do município. Não à violência contra povos indígenas e quilombolas!
- Expropriação do agronegócio para controle dos trabalhadores rurais, considerando o meio ambiente e as necessidades da classe trabalhadora amapaense.

## **10) Segurança Pública**

A organização da segurança pública não deve estar baseada na proteção da propriedade privada e dos interesses da elite, mas sim na proteção e suporte às comunidades. Para isso os membros das Polícias devem pertencer aos bairros onde residem e os comandos devem ser eleitos pelos moradores. Sua formação e treinamento deve estar baseada em princípios sociais e humanitários e não- discriminatórios.

O uso de drogas deve ser encarado como um problema de saúde pública, não de repressão policial. A descriminalização acabará com o comercio ilegal, com as gangues bilionárias, a corrupção policial por essas gangues. Além disso, defendemos a desmilitarização e o fim das polícias atuais. Defendemos a criação de outra polícia, com seus comandantes eleitos pela população. Isso pode favorecer um controle por parte da população sobre as polícias.

- Promover a capacitação em direitos humanos para a Polícia Militar, Civil, Bombeiro; Uma política de polícia comunitária, com diálogo permanente com moradores e moradoras. Segurança pública é direito e dever de todos!
- Gestão e eleição comunitária dos comandos; fortalecimento da associação dos profissionais da segurança pública;
- Equipar com os materiais necessários para prestação do direito à segurança pública, com valorização da carreira e seu plano!
- Transparência na apuração de qualquer abuso de autoridade, especialmente contra negros e negras, mulheres e LGBTs;
- Manutenção da iluminação pública nas cidades.

É hora de discutir com seriedade o tema da violência, e encarar o desafio de apontar uma resposta de esquerda a este problema. Existem duas causas básicas do aumento da violência, que são inerentes ao sistema capitalista e seus planos neoliberais: o desemprego e a miséria

## **11) Combate a toda forma de opressão**

### **SITUAÇÃO DAS MULHERES E PROPOSTAS:**

Em 2019, o Bolsonaro e a Ministra Damares não investiram nenhum real nas políticas de combate a violência à mulher e neste ano cortou as verbas. Isso reflete na precarização do atendimento e no aumento dos casos de violência às mulheres, e com a pandemia essa situação se agravou.

No Amapá, foram atendidos mais de 840 casos de violência doméstica de acordo com a Defensoria Pública, e houve aumento de 8% nos registros de lesão corporal contra as mulheres, 259 casos de ameaça e 5 de estupro de vulneráveis (FBSP, 2020). Porém, esses dados podem ser ainda maiores devido à dificuldade de acesso aos canais de denúncia e atendimento. Macapá tem apenas 1 casa abrigo para atendimentos das mulheres vítimas de violência.

Também houve aumento dos feminicídios no estado. Por isso, é preciso exigir dos governos o aumento das verbas para o combate real à violência machista, assim como a garantia de emprego e renda para as mulheres.

- Ampliação das redes e canais de denúncia contra a violência a mulher;
- Estruturação de um sistema de notificações de casos de violência;
- Ampliação e aprimoramento das redes de acolhimento e atendimentos às mulheres vítimas de violência;
- Campanhas permanentes contra a violência machista.
- Recursos para a Secretária da Mulher.

## **NEGROS E NEGRAS E PROPOSTAS**

Antes de mais nada, 70% da população do Amapá é negra. Por conta do racismo e do capitalismo, negros e negras sofrem toda a exploração desse sistema. A luta por igualdade social e econômica está ligada à luta pelo socialismo. Não existem políticas públicas efetivas para combater o alto índice de homicídios entre negros. O racismo é uma ideologia do capitalismo.

Segundo o IPEA, de 2007 a 2017 o número de homicídios contra pessoas negras foi 13 vezes maior do que não negros. Lutar contra toda forma de racismo exige políticas públicas sociais e econômicas. Promover as parcerias com movimentos sociais e instituições para de fato combater essa opressão. Buscar recursos públicos para a promoção da luta em cada área sobre responsabilidade do governo estadual (escolas, saúde, segurança pública e outras). A luta contra o racismo perpassa por todas as áreas sociais e deve ser feita com uma mudança radical da aplicação das políticas sociais e econômicas no Amapá.

- Fortalecer os espaços de organização de negros e negras nos bairros e locais de trabalho. Nenhuma convivência com o racismo!
- Ampliar a política de cotas em concursos públicos;
- Formar parcerias técnicas com movimentos sociais negro que existam no estado.

## **LGBTs E PROPOSTAS:**

O Brasil está no topo entre os países que mais matam LGBTs no mundo. Só em 2019 foram 329 mortes (GGB, 2019). A violência contra LGBTs é, em geral, expressada por “crimes de ódio” e um grave problema de saúde pública; vitimizam os jovens, principalmente transgêneros. No Amapá, houve aumentos dos crimes de LGBTfobia pelas redes sociais e foram registrados 2 homicídios este ano. Bolsonaro extinguiu a secretaria nacional de políticas públicas de combate à discriminação à população LGBT, além de retirar o seguimento da pasta do Ministério dos Direitos Humanos. Além de seus discursos machistas e lgbtfóbicos, essas medidas aumentam a vulnerabilidade social e crimes de ódio contra as LGBTs.

Nós do PSTU defendemos os direitos das pessoas LGBTs e para tanto lutaremos para:

- Fortalecimento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População LGBT para a promoção das políticas públicas junto às secretarias, entidades e os movimentos sociais (ONG Pró- Vida, Fórum Trans, Ghata, UNALGBT, ABLGBT, Rede da Juventus Lara Fabian e Conselho Estadual LGBT);
- Investigação e punição dos crimes contra as LGBTs, ampliação e aplicação da Lei nº 7.716/89, que reconhece o crime de homofobia como prática de racismo.
- Fortalecer a auto-organização das LGBT desde os bairros, comunidades e locais de trabalho, como melhor forma de prevenir a violência e promover a reeducação da classe trabalhadora;
- Discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas, instituições de segurança pública, órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, para promover a inclusão social, igualdade, respeito, combater a LGBTfobia e prevenir danos físicos e psicológicos;
- Criar campanhas permanentes nas TVs, rádios e órgãos públicos, ônibus e abrigos contra a LGBTfobia, racismo e machismo.

## **12) Juventude**

A juventude amapaense sofre com toda carga as violências do sistema capitalista. Nosso estado têm altos índices de suicídio, violência policial, machismo, racismo e lgbtfobia.

Ao mesmo tempo, nossos jovens, mais do que em outras regiões do Brasil, sofrem pela falta de horizonte profissional e acadêmico. Espaços de socialização, entretenimento e cultura, também fundamentais à formação humana e individual, só existem devido a auto-organização de entidades e jovens nos bairros, como as famosas batalhas de rap, em que a juventude negra expressa sua cultura e voz ativa.

Espaços como esses, voltados à educação e cultura devem ser promovidos e equipados pelo Estado! Por emprego, lazer e cultura para a juventude!

Como parte da defesa da vida, o PSTU promoverá o diálogo permanente com as organizações estudantis locais, promovendo a educação, saúde mental e as políticas sociais que atendam essas pessoas.

## **13) Cultura e Lazer**



Nós defendemos a mais plena liberdade de criação cultural. Abaixo todos os tipos de censura! Defendemos também o apoio estatal para a criação e difusão da cultura popular musical, poética, plástica, do teatro e cinema. Defendemos a construção de espaços artísticos como teatros, cinemas, praças, nos municípios que permitam a expressão e desenvolvimento de nossos artistas e da juventude.

Como parte de valorização da cultura e lazer, o PSTU, através do plano de obras públicas pretende reformar diretamente ou em parcerias com prefeituras, praças, espaços de academias ao livre, os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes), Parque Zoobotânico, Teatro das Bacabeiras, Biblioteca Pública. Além de projetos sociais que visem ao realização de iniciativas nessas áreas, como teatros populares nos bairros e batalhas de RAP.

A área do lazer precisa ser pensada para tornar possível o acesso a espaços de atividades físicas. A orla atual da cidade é tomada por veículos, o que ataca o meio ambiente. A ampliação da pista para favorecer o lazer como caminhada e corridas é necessária. Também é preciso reestruturar a orla toda, principalmente a dos bairros do Perpétuo Socorro.

O setor cultural é importante para a cidade e país. Bolsonaro tem atacado com censura e o ódio contra a liberdade artística. Defendemos a Lei Aldir Blanc como forma de apoio aos e às artistas.

A necessidade de fomento à cultura através da Secretaria de Cultura será realizada com diálogo e incentivo aos artistas locais, para promoção de festivais e atividades e expressões culturais da nossa gente.

Para o PSTU a cultura é essencial para a libertação e expressão das potencialidades humanas, sobretudo como forma de transformação social nos bairros periféricos.

Por isso, apoiaremos a nova MPA, Música Periférica Amapaense e demais artistas consagrados com promoção de espaços públicos das várias manifestações artísticas, em especial o Marabaixo.

## **A SAÍDA É ROMPER COM O SISTEMA CAPITALISTA E CONSTRUIR A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

Essas tarefas só serão possíveis com um governo socialista dos trabalhadores apoiado por conselhos populares (organizados nos bairros, municípios), controlados democraticamente pelos de baixo, para que a riqueza, a tecnologia e a ciência que produzimos sirvam para garantir uma vida digna como seres humanos que somos.

Convidamos as companheiras e companheiros dos Movimentos Sociais de luta contra Racismo, Machismo, LGBTfobia e pela Causa Indígena, Quilombola e Ambiental, Associação de Bairros, Juventude e lutadoras e lutadores a debater uma alternativa real para lutar por um governo socialista dos trabalhadores, construindo-se um Polo Socialista e Revolucionário disposto a governar com conselhos populares. Lutar por candidaturas a serviço das lutas sociais e pela transformação da sociedade rumo ao socialismo!





Gianfranco – Candidato a Governador.  
Ana Paula – Candidata à Vice Governadora.

Macapá-AP, 4 de agosto de 2022.